

Prezados Acionistas,

O ano de 2010 foi de grande importância para a **Renova Energia** e também para o setor de energia eólica no Brasil. Ao longo do ano passado, conseguimos dar importantes passos rumo a uma vigorosa expansão que deve elevar nossos atuais 42 MW de capacidade instalada para quase 500 MW em 2013.

Em julho, listamos a **Renova Energia** no nível 2 de Governança Corporativa da Bovespa e nos tornamos a primeira companhia de energia alternativa a ter ações negociadas em bolsa de valores no mercado Brasileiro. Em agosto, comercializamos a energia proveniente de seis novos parques eólicos, que devem adicionar R\$ 82,8 milhões de receita anual a partir de 2013. Em novembro, contratamos o consórcio Queiroz Galvão e Mercurius Engenharia para as obras civis e a ABB para o pacote eletromecânico de nossos parques eólicos vencedores do 2º Leilão de Energia Reserva (LER2009). Por fim, em dezembro, obtivemos perante o BNDES e o BNB a aprovação de financiamentos no valor total de R\$ 904,5 milhões, encerrando o ano de 2010. No início deste ano, já obtivemos as licenças de instalação dos 14 parques do LER2009 e iniciamos a construção desses parques.

Em relação ao mercado, em 2010 houve a confirmação da política de longo prazo adotada pelo Governo Brasileiro para contratação de energia eólica, o que resultou na vinda em definitivo para o Brasil de alguns dos maiores fabricantes internacional de equipamentos eólicos, trazendo mais opções para o mercado e contribuindo para novas reduções de CAPEX, que resultou em um preço médio ainda mais baixo nos leilões, criando um ciclo virtuoso de ganhos de eficiência para o setor, devido à maior escala, bem como a preços mais baixos para os consumidores de energia, em linha com a modicidade tarifária objetivada pelo Governo.

Com a realização do 3º Leilão de Energia Reserva 2010 ("LER2010") e do 2º leilão de Fontes Alternativas ("LFA2010"), que em conjunto contrataram 2.862,7 MW de capacidade de energia alternativa instalada, sendo 71,6% deste volume, ou 2.047,8 MW, provenientes de fonte eólica, as autoridades do setor ratificaram a importância atribuída a essa fonte para fazer frente às necessidades de expansão do setor de geração no Brasil. Adicionando-se o volume do LER2009, chegamos a quase 4 GW de capacidade eólica contratados em menos de 1 ano de intervalo. Importante adicionar que para 2011 já foram anunciados dois novos leilões, um A-3 e um de reserva, que incluem novamente a fonte eólica.

Para nós é motivo de enorme satisfação comprovar que nossas premissas estavam certas e que investimos no setor que mais cresce em geração no Brasil. Apenas aumenta a nossa satisfação ver a alegria nos rostos das centenas de proprietários rurais das áreas beneficiadas pelos parques do LER2009, que começam a receber mensalmente o arrendamento de suas terras, propiciando assim renda adicional em uma das regiões de menor IDH de nosso país.

Esperamos poder continuar dando boas notícias a nossos acionistas ao longo de 2011, bem como fazendo mais pessoas felizes nas comunidades onde atuamos.

Visão Geral da Companhia e Mercado de Atuação

Renova Energia S.A. (RNEW11) com atividades iniciada em 2001 e listada na BM&FBOVESPA em 2010, a **Renova Energia** é uma empresa brasileira que atua na geração de energia elétrica por meio de fontes alternativas, como pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e parques eólicos. A Companhia, referência em energia limpa e uma das pioneiras nesse mercado no Brasil, tem um compromisso com as melhores práticas de governança corporativa, sustentabilidade e preservação do meio ambiente. A **Renova Energia** conta com uma sólida equipe de profissionais com ampla experiência no setor e utiliza uma abordagem diferenciada ao setor de energia alternativa, integrando estrategicamente as atividades de prospecção e desenvolvimento de projetos ao seu modelo de negócios. Dentre os acionistas da **Renova Energia** estão alguns dos maiores investidores institucionais do País e instituições financeiras, representados pelo Fundo InfraBrasil e FIP Ambiental, signatários dos Princípios do Equador, que condicionam a concessão de financiamentos para projetos de infraestrutura à adoção de boas práticas socioambientais.

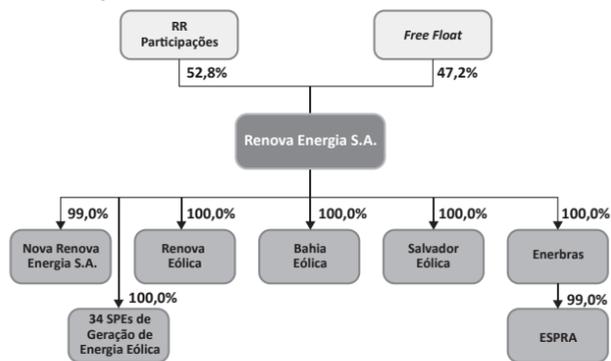
1. Composição Acionária da Companhia

	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
RR Participações	70.889.212	76,2%	3.444.032	7,2%	74.333.244	52,8%
Membros do Conselho	33.936	0,04%	66.664	0,1%	100.600	0,1%
Infra Brasil	11.651.467	12,5%	23.302.933	48,8%	34.954.400	24,8%
FIP Ambiental	4.666.666	5,0%	9.333.332	19,6%	13.999.998	9,9%
Santander	3.904.800	4,2%	7.809.600	16,4%	11.714.400	8,3%
Outros	1.886.986	2,0%	3.773.972	7,9%	5.660.958	4,0%
Total	93.033.067	100,0%	47.730.533	100,0%	140.763.600	100,0%

A oferta pública foi realizada em Units, composta por uma ação ordinária e duas preferenciais.

Data-base: 31 de Dezembro de 2010

Estrutura Societária da Companhia



Data-base: 31 de dezembro de 2010

O Mercado de Energia Alternativa

O ano de 2010 foi marcado por importantes eventos no setor de energia. Podemos citar em especial para as fontes de energia alternativa a realização do 3º Leilão de Reserva (LER2010), do Leilão de Fontes Alternativas (LFA) e do leilão de ICGs para os projetos vencedores do 2º Leilão de Energia Reserva (LER2009).

Devido ao sucesso dos leilões exclusivos a fontes alternativas realizados em 2009 e 2010, há grande expectativa no setor de que sejam realizados leilões similares anualmente. Em 02 de fevereiro de 2011, foi anunciado ainda para o primeiro semestre de 2011 um novo leilão de energia A-3 e outro de reserva contemplando a contratação de fontes alternativas. A data limite divulgada para o cadastramento para os leilões é o dia 19 de abril.

Leilão A-3 e leilão de reserva de 2011

Em 2 de fevereiro de 2011 foram autorizados pela ANEEL dois novos leilões a serem realizados no primeiro semestre de 2011. O leilão de compra de energia elétrica A-3 (para suprimento a partir de 1º de janeiro de 2014) contratará energia proveniente de projetos eólicos, hidrelétricos e termoelétricos e o 4º leilão de energia de reserva (1º de julho de 2014) contratará energia proveniente de projetos eólicos e biomassa.

Leilão de Fontes Alternativas (LFA) 2010

O segundo LFA realizado em 26 de agosto de 2010 contratou energia de 56 empreendimentos de geração de energia, a um preço médio de R\$ 135,48/MWh, totalizando 1.685,6 MW de capacidade instalada.

A fonte eólica comercializou energia de 50 empreendimentos que somam 1.519,6 MW de capacidade instalada a um preço médio de R\$ 134,10/MWh, com 90% do volume comercializado, as PCHs comercializaram 5 empreendimentos que somam 101 MW de capacidade instalada a um preço médio de R\$ 146,99/MWh, com 6% do volume comercializado.

Os vencedores do leilão celebraram contratos com 15 distribuidoras de energia elétrica sendo o prazo de contratação dos projetos de geração eólica e biomassa de 20 anos e para projetos de PCHs 30 anos, todos com início de suprimento de energia em 1º de janeiro de 2013.

3º Leilão de Reserva 2010

O 3º Leilão de Reserva contratou energia de 33 empreendimentos de geração de energia de biomassa, PCHs e eólicas a um preço médio de R\$ 133,63/MWh, totalizando 1.206,6 MW de capacidade instalada. A **Renova Energia** comercializou 78 MW médios proveniente de 6 parques eólicos, o que representou 31% do volume total comercializado proveniente de energia eólica, tendo sido a maior vencedora deste leilão de acordo com a lista de empreendedores publicada pela CCEE com resultado do certame.

Os vencedores do leilão celebraram contratos com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, pelo prazo de 15 anos para projetos de biomassa, 20 anos para projetos eólicos e 30 anos para projetos de PCHs, com início de suprimentos de energia em 1º de setembro de 2013 para os projetos de PCHs e eólicos, já os projetos de biomassa tiveram produtos vendidos com prazo de início de suprimento em 2011 e 2012.

Leilão de ICGs para os projetos do LER2009

No dia 03 de setembro de 2010, foi realizado o leilão de estações coletoras (ICG) para os empreendimentos que comercializaram energia no LER 2009.

Foram ofertados três lotes: o lote A composto pela LT Paraíso - Açu II, 3º circuito simples, em 230 kV; LT Açu II - Mossoró 2, circuito simples em 230 kV; LT Extremo II - João Câmara, circuito simples em 230 kV; subestação Extremos II, 230 kV; e subestação João Câmara, 230/69 kV; totalizando 360 MVA de potência e 304 quilômetros de extensão; o lote B composto pela LT Igaporã - Bom Jesus da Lapa II, circuito simples, em 230 kV e pela subestação Igaporã 230/69 kV, localizadas na Bahia, e o lote C composto pela LT Sobral III - Acaraú II, circuito simples em 230 kV e subestação Acaraú II 230/69 kV, localizadas no Ceará.

Todos os lotes foram arrematados pela CHESF, sendo que o lote B, que contempla os 14 parques comercializados pela **Renova Energia**, teve o maior deságio do leilão, de 59,21%.

O resultado do leilão foi homologado pela ANEEL em 28 de setembro de 2010 e teve seu contrato de concessão assinado em 23 de dezembro de 2010, nos termos do referido contrato a entrega das instalações tanto de rede básica quanto de ICG devem ser entregues até 18 meses após a assinatura.

Evolução esperada da capacidade eólica no Brasil e participação de mercado da Renova

A capacidade instalada atual da fonte eólica no Brasil soma modestos 928,9 MW, composta majoritariamente por projetos do Proinfa. Considerando os projetos remanescentes do Proinfa com previsão de entrada em operação divulgada pela ANEEL, este volume deve alcançar aproximadamente 1.050 MW. Adicionando os 1.805,7 MW contratados no LER2009, com previsão de entrada em operação em 2012, bem como os 528,2 MW do LER 2010 e os 1.519,6 MW do LFA, com previsão de entrada em 2013, projeta-se uma capacidade instalada total de 4.903,5 MW em setembro de 2013, representando uma taxa de crescimento anual composta (CAGR) de 116,1%.

Importante ressaltar que essa projeção não inclui projetos que comercializaram ou que comercializem sua energia no mercado livre de energia, mercado esse que se encontra ativo para a fonte eólica e onde pelo menos uma transação foi anunciada publicamente com volume de 218 MW de capacidade instalada.

A **Renova Energia** comercializou 205 MW médios de energia provenientes de 20 parques eólicos que somarão 455,6 MW de capacidade instalada até setembro de 2013, o que representou o maior volume comercializado em leilões oficiais do Governo, ou o equivalente a 11% do total. Assumindo os dados disponíveis hoje a **Renova Energia** possuirá uma participação de 9,3% no mercado de energia eólico brasileiro em 2013.

Destaque de 2010:

Aprovação de financiamento para os parques do LER 2009 junto ao BNDES e BNB totalizando R\$ 904,6 milhões.

Obtivemos a aprovação de financiamento para os 14 parques eólicos contratados no 2º leilão de reserva de dezembro de 2009 (LER 2009) junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) e ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB). O volume financiado consolidado alcança R\$ 904,5 milhões e representa aproximadamente 77% do total de investimentos previstos de R\$ 1,170 bilhão.

Os parques Pajeú do Vento, Planaltina, Porto Seguro, Nossa Senhora da Conceição, Guirapá, Serra do Salto, Guanambi, Alvorada e Rio Verde obtiveram aprovação em dezembro junto à Diretoria do BNDES para o financiamento de R\$588,9 milhões. O volume representa aproximadamente 74% do total dos investimentos nestes projetos. O financiamento possui taxa de juros de 1,92% + TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), até dois anos de carência de juros e principal e 16 anos de prazo de amortização. Os nove parques totalizam 194,8 MW de capacidade instalada e 84 MW médios de energia firme contratada.

Os demais cinco parques da **Renova Energia** contratados no LER 2009 receberam em dezembro à aprovação junto à Diretoria do Banco do Nordeste. O volume financiado é de R\$315,7 milhões, correspondendo aproximadamente 80% do total dos investimentos previstos nestes parques.

O financiamento do BNB, a ser feito por meio da linha FNE, tem taxa de 9,5% a.a. com bônus de adimplência de 25% pelo fato de se localizarem na região do semiárido, resultando em uma taxa efetiva de 7,13% a.a. A linha tem carência total para o principal de até 2 anos e prazo de amortização de até 18 anos. A linha PSI-FINAME que também compõe o financiamento do BNB tem taxa de 5,5% a.a. com carência total de principal até 2 anos, e prazo de amortização de 8 anos.

Os parques Candiba, Ilhéus, Igaporã, Licínio de Almeida, e Pindaí financiados junto ao BNB totalizam 98,8MW de capacidade instalada e 43 MW médios de energia firme contratada.

Linha de Financiamento	Volume (R\$ mi) ⁽¹⁾	Prazo (anos)	Custo	Fase do Processo
BNB (FNE + Repasse PSI FINAME)	316	Carência ⁽¹⁾ + 18	7,13% a.a.	Aprovado
BNDES	589	Carência ⁽²⁾ + 16	TJLP+1,92% a.a.	Aprovado
Total	905			

⁽¹⁾ Carência de principal até 6 meses de operação comercial.

⁽²⁾ Carência de juros e principal até 6 meses de operação comercial.

Obtenção da Licença de Instalação para todos os seus parques eólicos contratados no leilão de energia de reserva de 2009.

Entre os dias 31 de janeiro e 23 de fevereiro de 2011, foram emitidas pelo Instituto de Meio Ambiente do Estado da Bahia - IMA as licenças ambientais de implantação, equivalentes no Estado da Bahia à licença de instalação, necessárias ao início da construção de todos os 14 parques contratados no LER 2009.

Aprovação pela ANEEL do aumento de capacidade dos parques eólicos do leilão de energia de reserva de 2009 de 270 MW para 293,6 MW.

Foram publicadas em 31 de janeiro e 1º de fevereiro de 2011, as autorizações da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para o aumento da potência instalada dos 14 parques que comercializaram energia no LER 2009, que passou de 270 MW para 293,6 MW.

A alteração da potência instalada se deve à mudança de máquina negociada com a fornecedora General Electric, o que resultou na substituição de aerogeradores modelo 1.5 XLE/SLE por aerogeradores modelo 1.6 XLE, além da aquisição de quatro turbinas adicionais, totalizando assim 184 aerogeradores para os 14 parques eólicos.

Maior vendedor no 3º Leilão de Reserva com 78 MW de energia firme, através de 6 parques eólicos com 162 MW de potência instalada.

A **Renova Energia** comercializou 78 MW médios no LER 2010, que vão representar 162 MW* de capacidade instalada.

O contrato a ser celebrado com a CCEE terá prazo de 20 anos, com início de suprimento de energia em 1º de setembro de 2013. Todos os lotes foram vendidos ao valor de R\$121,25/MWh. Considerando os lotes vendidos no leilão, a receita bruta anual estimada desses contratos, ao preço atual, seria de aproximadamente R\$82,8 milhões. Para a implementação desses parques eólicos, a Companhia celebrou com a General Electric memorando de entendimentos que prevê a aquisição de 102 aerogeradores com capacidade de 1,6 MW, bem como os serviços de transporte, montagem e comissionamento desses aerogeradores.

*Considerando a potencial mudança de máquina e ampliação dos parques do LER 2010 sujeita a aprovação técnica e regulatória

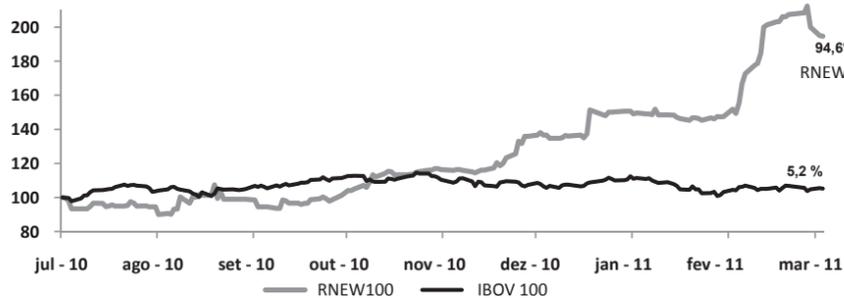
Contratação do pacote civil e eletromecânico com os fornecedores Queiroz Galvão/Mercurius Engenharia e ABB, fechando o investimento total dos parques do LER 2009 em R\$ 1,170 bilhão.

No dia 8 de novembro de 2010, foi realizada reunião de adjudicação às empresas Queiroz Galvão/Mercurius Engenharia e ABB dos contratos para o fornecimento das obras civis e do pacote eletromecânico dos parques eólicos do LER 2009. Os contratos de fornecimento na modalidade preço global foram assinados ainda no ano de 2010, e houve entendimento para que esses fornecedores continuem a ser parceiros da **Renova Energia** para a construção dos projetos do LER 2010. Com esta contratação, o investimento total dos parques do LER 2009 foi fechado em cerca de R\$ 1.170 milhões, representando menos de R\$ 4.000/MW instalado, dentro do orçamento previsto.

Mercado de Capitais

As Units da **Renova Energia** (RNEW11) começaram a ser negociadas na BM&FBovespa em 13 de Julho de 2010 no nível 2 de governança corporativa a R\$15,00/Unit. As Units são compostas de uma ação ordinária e duas ações preferenciais. A oferta, integralmente primária, teve um volume de aproximadamente R\$160,7 milhões, já incluindo o exercício do lote suplementar.

Os recursos captados no IPO foram investidos na implantação dos parques eólicos contratados nos leilões de energia de reserva de 2009 e 2010.



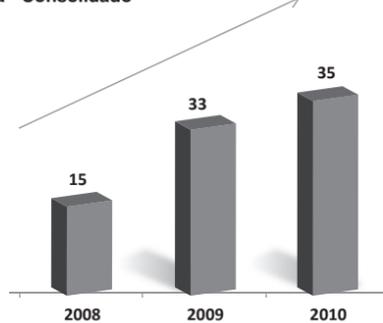
Data-base: 15 de março de 2011

As Units da **Renova Energia** fecharam ao preço de R\$ 29,19/Unit em 15 de março de 2011, com um volume médio diário de R\$156 mil desde o início das negociações, acumulando aumento de 94,6% desde o IPO. Utilizando estes valores como referência e o número de ações emitidas atualmente, a Companhia alcançou valor de mercado de cerca de R\$ 1,4 bilhão.

A área de Relações com Investidores com o compromisso de atuar de maneira transparente junto ao mercado mantém relacionamento constante com seus acionistas e potenciais investidores em eventos públicos. A **Renova Energia** participou entre os dias 23 e 25 de setembro da 50ª edição do Exponomy. O evento contou com a participação de 18 mil pessoas, e na ocasião, a Companhia recebeu o Prêmio de Respeito ao Investidor Individual (Troféu Transparência 2010). Em 30 de novembro de 2010 a **Renova Energia**, em parceria com APIMEC - SP, realizou Reunião Pública com Analistas e Investidores. O evento teve como objetivo apresentar a Companhia, seu posicionamento no mercado e atualizar seus participantes dos principais projetos que estão sendo desenvolvidos. As informações e publicações da Companhia podem ser acessadas no nosso site (www.renovaenergia.com.br).

Desempenho Operacional e Financeiro Consolidado

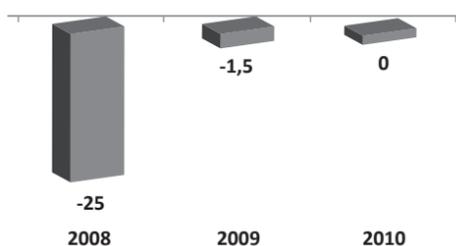
Receita Operacional Líquida - Consolidado



A receita operacional líquida consolidada foi de R\$ 35,5 milhões em 2010, R\$ 33 milhões em 2009, originada pela controlada ESPRA, em decorrência do contrato de compra e venda de energia firmado com a Eletrobrás, nos termos do PROINFA. A tarifa atual do contrato é de R\$ 165,80/MWh. Este contrato prevê reajuste anual pelo IGP-M.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Resultado Líquido - Consolidado



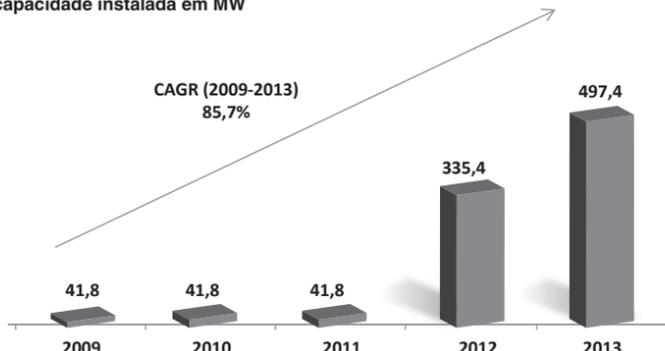
De acordo com as práticas contábeis brasileiras anteriormente utilizadas (BR GAAP), a Companhia obteve resultado consolidado neutro em 2010, uma redução do prejuízo de R\$ 1,5 milhão em comparação ao resultado de 2009.

Após os ajustes referentes a adoção dos CPC's s e IFRS obtivemos lucro consolidado de R\$1,4 milhão, devido aos ajustes dos CPC's 15, 27, 36, 37 e ICPC 10. Sendo os principais ajustes:

- baixa de ativo diferido na consolidação no montante de R\$3,8 milhões (CPC 27 e ICPC 10) e
- baixa do deságio registrado na conta de investimento no montante de R\$6,4 milhões (CPC 27).

A redução no prejuízo no montante de R\$1,5 milhão deve-se principalmente ao aumento de nossa receita financeira, e redução das despesas financeiras no montante de R\$6,3 milhões devido ao cancelamento de debêntures em março de 2009.

Projeção da capacidade instalada em MW



Governança Corporativa

Adotamos elevados padrões de governança corporativa, em linha com as melhores práticas do mercado brasileiro e internacional, observando normas e padrões que promovem o desenvolvimento sustentável, o respeito ao meio ambiente e à adoção de um Plano de Negócios que acreditamos ser sólido e rentável. Nosso conselho de administração tem em sua composição dois membros independentes, de um total de 11 membros. De acordo com o nosso Estatuto Social, todas as ações de nossa emissão têm direito de 100% de tag-along e, além disso, também estamos em fase de instalação de um comitê de auditoria e do comitê de investimentos da Companhia.

Para mais informações acerca das práticas de governança corporativa por nós adotadas, vide seção "Grupo Econômico", contida no item "8" do Formulário de Referência da Companhia.

Sustentabilidade e Meio Ambiente

Estando focada na geração de energia com respeito ao meio ambiente, a **Renova Energia** tem consciência do seu papel e da sua responsabilidade socioambiental, bem como tem compromisso com o desenvolvimento sustentável e com seus pilares social, ambiental e econômico.

Em 2010, demos continuidade aos programas ambientais e de relacionamento com as comunidades onde atuamos tanto nos empreendimentos da ESPRA, localizados no sul da Bahia, como implantação de nosso complexo eólico que inclui os 14 parques que somam 293,6 MW de capacidade instalada, nos municípios de Igarorã, Guanambi e Caetité também na Bahia.

Segue abaixo, relação dos programas elaborados e implementados.

Para a ESPRA (PCH Cachoeira da Lixa, PCH Colino I e PCH Colino II)

Programa Limnológico e de qualidade das águas; Análise Preliminar de Risco; Educação Ambiental; Controle de Processos Erosivos e Assoreamento; Comunicação Social; Monitoramento e Conservação da Fauna Silvestre na área de influência direta do empreendimento; Monitoramento de Ictiofauna; Recuperação de Áreas Degradadas; Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção - PCMAT; Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO; Plano de ação emergencial - PAE da Barragem, em conformidade com as diretrizes e parâmetros estabelecidos no Manual de Segurança e Inspeção de Barragens, do Ministério da Integração Nacional; Capacitação da mão de obra local;

Outras ações socioambientais, em fase de planejamento no Complexo Serra da Prata são: Fomento e apoio a atividades geradoras de renda nas comunidades, como Apicultura, Piscicultura e Turismo Ecológico; apoio a escolas públicas locais, na área de influência dos empreendimentos, em atividades vinculadas a Cidadania e Sustentabilidade, como gincanas ambientais, campanhas de saúde pública, palestras de interesse social, teatro, esporte, dentre outras.

O objetivo principal desses programas e ações, além de observar a legislação aplicável, é atender os anseios da comunidade, com a minimização e compensação dos impactos ambientais, assim como o desenvolvimento de atividades que promovam o desenvolvimento humano e social nas comunidades onde atuamos.

Para o Complexo Eólico Renova

Da mesma forma, nos 14 parques eólicos localizados no interior da Bahia cujo início das obras se deu em fevereiro de 2011, alguns dos programas previstos já se encontram em elaboração, tais como:

Monitoramento da avifauna, quiropterofauna e mastofauna da área de influência direta do empreendimento; Recuperação das Áreas Degradadas (PRAD) a serem alteradas pela implantação, principalmente no que diz respeito às vias de acesso externas e internas, bem como o local dos canteiros de obras, com o uso de espécies nativas de cada uma das fitofisionomias presentes; Educação Ambiental para os Trabalhadores do Empreendimento; Educação em Saúde para as comunidades do entorno, incluindo os subprogramas de Educação Sexual e Prevenção às Drogas; Sinalização e Controle de Tráfego, visando à segurança dos moradores e animais localizados ao longo das estradas do entorno do empreendimento; Controle Médico e de Saúde Ocupacional - PCMSO com aprovação do Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador - CESAT/BA; Gerenciamento de Risco - PGR, conforme legislação vigente, considerando os riscos físicos, químicos e biológicos; Monitoramento de Ruído para a área de entorno do empreendimento, o qual deve atender às normas e padrões estabelecidos pela legislação vigente; Proposta de Proteção de Espécies ameaçadas e vulneráveis a extinção, constantes de listagens oficiais do MMA, para a área diretamente afetada; Segurança e Emergência, incluindo medidas de proteção das comunidades de entorno.

Audidores Independentes

Nossa política de contratação de auditores independentes para outros serviços que não auditoria leva em consideração as suas normas profissionais de preservação de sua independência. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2010 a Companhia contratou serviços profissionais de nossos auditores independentes relacionados à auditoria das demonstrações financeiras. As declarações contidas neste release relativas aos nossos planos, previsões, expectativas a respeito de eventos futuros, estratégias, projeções, tendências financeiras e de mercado que afetam as nossas atividades, constituem estimativas e declarações futuras que envolvem riscos e incertezas e, portanto, não constituem garantias de resultados futuros.

São Paulo, 17 de março de 2011

A Diretoria

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2010, 2009 e 01 de Janeiro de 2009 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora			Consolidado			Passivo	Nota	Controladora			Consolidado		
		2010	2009	01/Jan/2009	2010	2009	01/Jan/2009			2010	2009	01/Jan/2009	2010	2009	01/Jan/2009
Circulante			Ajustado	Ajustado		Ajustado	Ajustado			Ajustado	Ajustado		Ajustado	Ajustado	
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.251	41.238	5.217	18.569	41.475	6.811	14	5.989	1.408	3.251	8.100	1.968	7.283	
Contas a receber de clientes	6	-	-	-	3.918	3.903	3.862	15	-	-	-	6.336	5.964	4.027	
Ativo fiscal corrente	8	1.118	445	328	1.274	477	620	15	-	-	-	854	5.888	-	
Adiantamento a fornecedores	7	116.091	274	301	121.059	659	547	16	787	366	413	1.263	620	911	
Pagamentos antecipados		174	-	-	576	387	340		652	478	543	652	478	543	
Cauções e depósitos vinculados	10	59	55	55	59	55	-		59	73	-	150	516	83	
Outros créditos		4.852	1.608	64	105	72	136		7.487	2.324	4.207	17.355	15.434	12.847	
		<u>129.545</u>	<u>43.620</u>	<u>5.965</u>	<u>145.560</u>	<u>47.028</u>	<u>12.316</u>								
Não circulante															
Partes relacionadas	9	212	40	7.347	164	40	-	15	-	-	-	125.599	131.935	141.206	
Títulos de capitalização		-	-	-	25	25	25		-	-	-	-	-	78.219	
Cauções e depósitos vinculados	10	444	197	-	12.019	13.077	10.845	9	1.577	3.994	4.287	-	-	-	
Ágio	11	119.272	-	-	119.272	-	-		-	-	3.741	-	-	-	
(-) Provisão do Ágio no momento da incorporação		(119.272)	-	-	(119.272)	-	-		1.577	3.994	8.028	125.599	131.935	219.425	
Investimentos	12	134.953	80.777	-	-	-	-								
Outros investimentos		60	60	60	70	70	70								
Imobilizado em serviço	13	2.927	3.765	2.789	196.310	202.433	205.597								
Imobilizado em curso	13	33.276	23.224	11.510	77.390	24.761	11.510		(20.476)	(20.444)	(18.907)	(24.245)	(25.743)	(26.252)	
		<u>171.872</u>	<u>108.063</u>	<u>21.706</u>	<u>285.978</u>	<u>240.406</u>	<u>228.047</u>		<u>292.353</u>	<u>145.364</u>	<u>15.436</u>	<u>288.584</u>	<u>140.065</u>	<u>8.091</u>	
		<u>301.417</u>	<u>151.683</u>	<u>27.671</u>	<u>431.538</u>	<u>287.434</u>	<u>240.363</u>		<u>301.417</u>	<u>151.683</u>	<u>27.671</u>	<u>431.538</u>	<u>287.434</u>	<u>240.363</u>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2010	2009	2010	2009
Receita Líquida	18	-	-	35.486	33.753
Custo dos serviços	19	-	-	(10.503)	(9.496)
Depreciação e amortização		-	-	(5.667)	(4.909)
Custo de operação		-	-	(3.617)	(2.982)
Encargos de uso do sistema de distribuição		-	-	(1.219)	(1.605)
Lucro bruto		-	-	24.983	24.257
Despesas operacionais	19	(13.578)	(6.431)	(14.880)	(7.520)
Outras receitas		-	1	-	1
Despesas gerais e administrativas		(13.212)	(6.289)	(14.176)	(7.371)
Despesas tributárias		-	(16)	-	(16)
Depreciações e amortizações		(196)	(127)	(204)	(134)
Outras despesas		(170)	-	(500)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos		(13.578)	(6.431)	10.103	16.737
Despesas financeiras		(498)	(208)	(12.522)	(19.103)
Receitas financeiras		4.073	2.049	5.629	4.357
Receitas (despesas) financeiras líquidas	20	3.575	1.841	(6.893)	(14.746)
Resultado de equivalência patrimonial	12	9.971	3.053	-	-
Resultado antes dos impostos		(32)	(1.537)	3.210	1.991
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	-	-	(1.712)	(1.482)
(Prejuízo) lucro do período		(32)	(1.537)	1.498	509
Resultado básico por ação atribuído aos acionistas da companhia - R\$					
Por ação preferencial		(0,00)	(1,42)	0,01	0,47
Por ação ordinária		(0,00)	(1,42)	0,01	0,47
Resultado diluído por ação atribuído aos acionistas da companhia					
Por ação preferencial		(0,00)	(1,42)	0,01	0,47
Por ação ordinária		(0,00)	(1,42)	0,01	0,47

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Valor Adicionado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2010	2009	2010	2009
Receitas					
Vendas de mercadoria, produtos e serviços		-	-	35.486	33.753
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)					
Custos das mercadorias vendidas e serviços prestados		-	-	(4.836)	(4.587)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais		(8.548)	(2.803)	(8.981)	(3.336)
Valor adicionado bruto		(8.548)	(2.803)	21.669	25.830
Depreciação, amortização e exaustão		(196)	(127)	(5.870)	(5.043)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		(8.744)	(2.930)	15.799	20.787
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial		9.971	3.053	-	-
Receitas financeiras		4.073	2.049	5.629	4.357
		<u>5.300</u>	<u>2.172</u>	<u>21.428</u>	<u>25.144</u>
Valor adicionado total a distribuir		5.300	2.172	21.428	25.144
Distribuição do valor adicionado					
Empregados					
Salários e encargos		3.151	1.366	3.151	1.366
Honorários da diretoria		797	729	797	729
Tributos					
Federais		137	414	1.849	2.005
Estaduais		-	3	-	3
Municipais		-	12	-	12
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros		-	-	11.698	16.300
Aluguéis		716	977	1.249	1.529
Outros		531	208	1.186	2.691
(Prejuízo) Lucro do período		(32)	(1.537)	1.498	509
		<u>5.300</u>	<u>2.172</u>	<u>21.428</u>	<u>25.144</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Controladora CPC) (Em milhares de Reais)

Exercícios findos em 31/12/2010 e 2009	Capital social				
	Integra-lizado	Gastos emissão	Reserva ação	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2009 (Ajustado)	34.343	-	-	(18.907)	15.436
Resultado do período	-	-	-	(1.537)	(1.537)
Reserva de ágio	-	-	119.272	-	119.272
Aumento capital social	12.193	-	-	-	12.193
Saldos em 31 de dezembro de 2009	46.536	-	119.272	(20.444)	145.364
Resultado do período	-	-	-	(32)	(32)
Aumento capital social	119.272	-	(119.272)	-	-
Aumento capital social - emissão de ações	160.707	-	-	-	160.707
Gastos na emissão de ações	-	(13.686)	-	-	(13.686)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	326.515	(13.686)	-	(20.476)	292.353

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Consolidado IFRS) (Em milhares de Reais)

Exercícios findos em 31/12/2010 e 2009	Capital social				
	Integra-lizado	Gastos emissão	Reserva ação	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2009 (Ajustado)	34.343	-	-	(26.252)	8.091
Resultado do período	-	-	-	509	509
Reserva de ágio	-	-	119.272	-	119.272
Aumento capital social	12.193	-	-	-	12.193
Saldos em 31 de dezembro de 2009	46.536	-	119.272	(25.743)	140.065
Resultado do período	-	-	-	1.498	1.498
Aumento capital social	119.272	-	(119.272)	-	-
Aumento capital social - emissão de ações	160.707	-	-	-	160.707
Gastos na emissão de ações	-	(13.686)	-	-	(13.686)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	326.515</				

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
	Ajustado		Ajustado	
Fluxo de caixa das Atividades Operacionais				
(Prejuízo) Lucro do Período	(32)	(1.537)	1.498	509
Ajustes por:				
atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	196	127	5.871	5.043
Encargos sobre mútuo	319	(34)	(6)	(47)
Baixas de intangíveis	3.237	1.711	3.237	1.711
Juros sobre debêntures	-	-	-	3.247
Juros sobre empréstimo	-	-	11.698	12.229
Juros sobre cauções	(2)	-	(1.063)	-
Redução da provisão para o passivo a descoberto Enerbrás	-	(3.741)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(9.971)	(3.053)	-	-
	(6.253)	(6.527)	21.235	22.692
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) em contas a receber de clientes	-	-	(15)	(42)
(Aumento) em impostos a recuperar	(672)	(117)	(795)	144
(Aumento) em despesas antecipadas	(174)	-	(189)	(49)
(Aumento) em cauções e depósitos vinculados	(4)	(197)	(4)	(197)
(Redução) aumento em fornecedores	4.581	(1.819)	6.132	(5.315)
(Aumento) redução em adiantamentos	-	-	385	-
(Redução) aumento em outras contas	(118.899)	(1.561)	(121.008)	216
	(121.421)	(10.221)	(94.259)	17.449
Pagamentos de IR e CS	421	(22)	643	(242)
Pagamentos de Juros sobre Empréstimos	-	-	(16.732)	(9.680)
Caixa gerado nas atividades operacionais	(121.000)	(10.243)	(110.348)	7.527
Fluxos de caixa decorrente das atividades operacionais	(114.747)	(3.716)	(131.583)	(15.165)
Fluxo de caixa das Atividades de investimentos				
(Aumento) no investimento	(44.206)	(77.723)	-	-
Aquisição de ativo imobilizado em serviço	(1.496)	(1.104)	(1.886)	(2.487)
Aquisição de ativo imobilizado em curso	(11.152)	(13.424)	(53.728)	(14.354)
Caixa líquido utilizado pelas atividades de investimentos	(56.854)	(92.251)	(55.614)	(16.841)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Integralização de capital	-	12.194	-	12.194
Emissão de ações	160.707	-	160.707	-
Gastos na Emissão de ações	(13.686)	-	(13.686)	-
Reserva de ágio de ações da Renova	-	119.272	-	119.272
(Aumento) depósitos vinculados	(245)	-	2.121	(2.034)
(Redução) aumento de debêntures	-	-	-	(81.466)
Pagamentos de empréstimos	-	-	(5.964)	(3.995)
Aumento (redução) nos mútuos	(2.909)	7.049	(121)	7
Mútuo com Partes Relacionadas - Ingresso	7.745	15.638	-	29.179
Mútuo com Partes Relacionadas - Pagamento	(10.486)	(5.273)	-	(16.737)
Mútuo com Partes Relacionadas	(168)	(3.316)	(121)	(12.435)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalente de caixa	143.867	138.515	143.057	43.978
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	(33.987)	36.021	(22.905)	34.664
No início do exercício	41.238	5.217	41.475	6.811
No fim do exercício	7.251	41.238	18.570	41.475
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	(33.987)	36.021	(22.905)	34.664

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 e 1º de Janeiro de 2009 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional: A Renova Energia S.A. ("Renova" ou "Companhia" ou "Controladora"), sociedade por ações de capital aberto, foi constituída em 06 de dezembro de 2006. A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas, produção de combustíveis a partir de fontes naturais e renováveis, prestação de serviços de apoio logístico a empresas ou companhias de consultoria ambiental e participação no capital social de outras sociedades. As participações diretas e indiretas são as seguintes:

Companhia	Consolidação	% Participação			
		31/12/2010		31/12/2009	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Enerbrás Centrais Elétricas S.A.	Integral	100		100	
Energética Serra da Prata S.A.	(*)				
na Enerbrás			99,99		99,99
Bahia Eólica Participações S.A.	(**)	100		100	
Centrais Eólicas Ametista Ltda.	(**)	100		99	
Centrais Eólicas dos Araçás Ltda.	(**)	100		99	
Centrais Eólicas Caetité Ltda.	(**)	100		99	
Centrais Eólicas Espigão Ltda.	(**)	100		99	
Centrais Eólicas Píloes Ltda.	(**)	100		99	
Centrais Eólicas São Salvador Ltda.	(**)	100		99	
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste Ltda.	(**)	100		99	
Renova Eólica Participações S.A.	(**)	100		100	
Centrais Eólicas Alvorada S.A.	(**)	100		99	
Centrais Eólicas Candiba S.A.	(**)	100		99	
Centrais Eólicas Guanambi S.A.	(**)	100		99	
Centrais Eólicas Guirapá S.A.	(**)	100		99	
Centrais Eólicas Licínio de Almeida S.A.	(**)	100		99	
Centrais Eólicas Pindai S.A.	(**)	100		99	
Centrais Eólicas Rio Verde S.A.	(**)	100		99	
Centrais Eólicas Serra do Salto S.A.	(**)	100		99	
Salvador Eólica Participações S.A.	(**)	100		100	
Centrais Eólicas da Prata Ltda.	(**)	100		99	
Centrais Eólicas Igaporá S.A.	(**)	100		99	
Centrais Eólicas Ilhéus S.A.	(**)	100		99	
Centrais Eólicas Nossa Senhora Conceição S.A.	(**)	100		99	
Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A.	(**)	100		99	
Centrais Eólicas Planaltina S.A.	(**)	100		99	
Centrais Eólicas Porto Seguro S.A.	(**)	100		99	
Centrais Eólicas Tanque Ltda.	(**)	100		99	
Nova Renova Ltda.	(**)	100		100	
Centrais Elétricas Serra do Espinhaço Ltda.	(**)	100		100	
Centrais Elétricas Seraima Ltda.	(**)	100		100	
Centrais Eólicas Pelourinho Ltda.	(**)	100		100	
Centrais Elétricas Morrão Ltda.	(**)	100		100	
Centrais Elétricas Maron Ltda.	(**)	100		100	
Centrais Elétricas Itaparica Ltda.	(**)	100		100	
Centrais Elétricas Dourados Ltda.	(**)	100		100	
Centrais Elétricas Botuquara Ltda.	(**)	100		100	
Centrais Elétricas Borgo Ltda.	(**)	100		100	
Centrais Elétricas Bela Vista Ltda.	(**)	100		100	

(*) Autorização ANEEL pelo período de 30 anos

(**) Empresas em fase pré-operacional

A Enerbrás Centrais Elétricas S.A. ("Enerbrás"), constituída em 09 de fevereiro de 2001, na forma de sociedade limitada e transformada em 10 de maio de 2006, em sociedade por ações de capital fechado, tem por objeto social exclusivo participar no capital social da Energética Serra da Prata S.A., ("Espra"), sociedade por ações com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia. A controlada indireta Espra foi constituída inicialmente na forma de consórcio em 30 de outubro de 2003, e transformada em sociedade por ações de capital fechado em 17 de setembro de 2004. A Espra tem por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica do Complexo Hidrelétrico Serra da Prata, através de suas pequenas centrais hidrelétricas (PCHs): (i) Cacheira da Lixa, com capacidade instalada de 14,8MW; (ii) Colino 2, com capacidade instalada de 16,0MW; e (iii) Colino 1, com capacidade instalada de 11,0MW; as quais tiveram suas atividades operacionais iniciadas em maio, julho e setembro de 2008, respectivamente. Em 30 de junho de 2004, a energia gerada pelo Complexo Hidrelétrico Serra da Prata foi objeto de contrato de compra e venda de energia elétrica celebrados com a ELETROBRÁS - Centrais Elétricas Brasileiras S.A., no âmbito do PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. Por meio desses contratos de compra e venda de energia elétrica, a Espra venderá toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada a longo prazo por um prazo de 20 (vinte) anos. A receita anual estimada é de aproximadamente R\$ 37,5 milhões(*) por ano, corrigida pelo IGP-M desde junho de 2004. O período de autorização da Espra é de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período. Em 14 de dezembro de 2009, a Companhia participou do Leilão nº 03/2009 da ANEEL, referente à contratação de Energia de Reserva proveniente exclusivamente de fonte eólica, conforme Portarias MME nº 147/2009 e nº 211/2009. Tendo se comprometido a comercializar 127

MW médios, provenientes de 14 parques eólicos localizados no Estado da Bahia. Tais parques já estão em implantação e devem entrar em operação comercial até julho de 2012. Nas datas de 26 de outubro e 06 de dezembro de 2010 as SPES Guanambi, Porto Seguro, Rio Verde, Alvorada, Guirapá, Ilhéus, Candiba, Serra do Salto, Igaporá, Pajeú do Vento, Pindai, Planaltina, Licínio de Almeida e Nossa Senhora Conceição, respectivamente, assinaram contrato de compra e venda de energia com a CCEE pelo prazo de fornecimento de 20 anos. Em 26 de agosto de 2010, a Companhia participou do Leilão nº 005/10 da ANEEL, referente à contratação de Energia de Reserva proveniente exclusivamente de fonte eólica, conforme Portarias MME nº 555, de 31 de maio de 2010, e nº 645, de 15 de julho de 2010, e nº 483, de 22 de abril de 2010, e aquelas que porventura venham a alterá-las. Tendo se comprometido a comercializar 78 MW médios de capacidade instalada, proveniente de seis parques eólicos localizados no Estado da Bahia. Tais parques devem entrar em operação comercial até setembro de 2013. **1.1 Reorganização Societária:** Em 29 de maio de 2009, as Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia (conforme fato relevante divulgado ao mercado em 31 de maio de 2009) e da RRI Participações S.A. ("RRI") aprovaram reorganização societária que consistiu nos seguintes eventos: **i. Incorporação da RRI Participações S.A.** Por meio das reuniões de Conselho de Administração e das Assembleias Gerais Extraordinárias ocorridas em 29 de maio de 2009, os Conselhos de Administração e os acionistas da Companhia e da RRI aprovaram ou ratificaram, conforme o caso, a celebração do Instrumento de Justificação e Protocolo de Incorporação ("Protocolo"), por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições da incorporação da RRI pela Companhia, com a consequente extinção da RRI, nos termos do art. 227 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei nº 6.404/76" e "Incorporação"). **ii. Aumento de capital da Renova Energia S.A.:** Nesta mesma data, em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em montante equivalente a R\$ 12.193, mediante a emissão de 284.616 novas ações ordinárias nominativas pelo preço de emissão total de R\$ 131.465. Essas novas ações foram totalmente subscritas pela Hourtin Holdings S.A. ("Hourtin") e integralizadas da seguinte forma: (i) parcela de R\$ 81.465 foi integralizada por meio da conferência de debêntures de emissão da Enerbrás, conforme laudo preparado especificamente para este fim; e (ii) parcela de R\$ 50.000 foi integralizada em dinheiro. Foi apurado um ágio na emissão das novas ações no montante de R\$ 119.272, que foi registrado na conta de reserva de ágio da Companhia. Em 15 de janeiro de 2010, as Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia e da Hourtin Holdings S.A. ("Hourtin") aprovaram a reorganização societária que consistiu no seguinte evento: **iii. Incorporação reversa da Hourtin Holdings S.A.:** Por meio das reuniões de Conselho de Administração e das Assembleias Gerais Extraordinárias ocorridas em 15 de janeiro de 2010, os Conselhos de Administração e os acionistas da Companhia e da Hourtin aprovaram ou ratificaram, conforme o caso, a celebração do Instrumento de Justificação e Protocolo de Incorporação ("Protocolo"), por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições da incorporação da Hourtin pela Companhia, com a consequente extinção da Hourtin, nos termos do art. 227 da Lei nº 6.404/76 ("Incorporação"). A Hourtin detinha 32,18% das ações da Companhia. Com a incorporação, as 349.544 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia detidas pela Hourtin foram extintas e substituídas, em igual número por novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal emitidas pela Companhia, com os mesmos direitos e obrigações atribuídos às ações canceladas. As novas ações da Companhia foram totalmente atribuídas a única acionista da Hourtin, a saber o InfraBrasil - Fundo de Investimento em Participações. O restante das ações ordinárias representativas do capital social da Companhia, representando 0,02%, está em poder dos membros do Conselho de Administração da Companhia. A totalidade do patrimônio líquido da Hourtin vertido à Renova por incorporação, foi avaliado pelo seu valor contábil, utilizando-se como base a avaliação patrimonial efetuada por perito independente. A incorporação da Hourtin pela Renova resultou na sua extinção.

2. Base de apresentação: 2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC): As presentes demonstrações financeiras incluem: • As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. • As demonstrações financeiras da controladora estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, aprovados por resoluções do CFC e deliberações da CVM durante o exercício de 2009, com aplicação a partir de 1º de janeiro de 2010. • As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. • As demonstrações de resultados abrangentes individuais e consolidadas não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas do CPCs e, para o caso do Grupo, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para as demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial no individual, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo. Não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações financeiras. Essas são as primeiras demonstrações consolidadas preparadas conforme as IFRS nas quais o CPC nº 37 foi aplicado. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 11 de fevereiro de 2011. **2.2 Demonstrações financeiras de 2009:** Em 2009, as demonstrações financeiras da controladora e do consolidado foram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e emitidos até 31 de dezembro de 2008 e legislação específica emanados pela ANEEL. As demonstrações financeiras de 2009 da controladora e as suas controladas estão sendo, portando reapresentadas para refletir as normalizações contábeis emitidas em 2009 e 2010 pelo CPC com o objetivo de permitir uma comparação com 2010. **2.3 Explicando a transição de adoção de novas normas contábeis: 2.3.1 Principais efeitos de adoção de novas normas contábeis:** Estas são as primeiras demonstrações financeiras da Companhia preparadas de acordo com as IFRS. As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa 3 foram aplicadas na preparação das demonstrações financeiras para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2010, nas informações comparativas apresentadas nestas demonstrações financeiras para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2009 e na preparação do balanço patrimonial de abertura para a posição em 1º de janeiro de 2009 (data de transição da Companhia). **2.3.2 Demonstrações do valor adicionado - DVA:** Conforme requerimento da CPC 09 aplicável às companhias abertas e como informação adicional para fins de IFRS, a Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado nas posições do individual e consolidado. Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela do Grupo na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pelo grupo quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pelo Grupo, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de energia, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade. **2.4 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensuráveis pelo valor justo.

3. Resumo das principais práticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas pela Companhia e suas controladas, de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas IFRS e normas CPC, exceto nos casos indicados em contrário. **a. Base de consolidação:** Os critérios contábeis adotados na apuração foram aplicados uniformemente entre as diversas empresas do grupo. Descrição dos principais procedimentos de consolidação: • Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; • Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido das entidades controladas, direta e indiretamente; • Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados. **b. Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Atualmente a companhia provisiona contingência para processos administrativos que são revisados pelo menos trimestralmente. **e. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação, no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço. **f. Clientes:** Refere-se a venda de suprimento de energia da controlada ESPRA conforme contrato com o PROINFA. **g. Investimentos:** Os investimentos em controladas e em coligadas foram avaliados por equivalência patrimonial. **h. Imobilizado:** • **Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperáveis (impairment) acumuladas, quando necessária. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável. • **Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Nossas taxas de depreciações estão de acordo com as resoluções da ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997 e nº 44 de 17 de março de 1999. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas na Nota Explicativa nº 15. Os métodos de depreciação e valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis e as vidas úteis são aquelas definidas pela ANEEL. A Companhia e sua controlada Espra optaram por não valorizar os ativos imobilizados ao custo atribuído por entender que a prática contábil de valorizar os ativos imobilizados pelo custo histórico, deduzido da melhor

Reconciliação do PL

	Controladora - CPCs						Consolidado - IFRS					
	2009			2010			2009			2010		
Trimestre findo em:	31/03/09	30/06/09	30/09/09	31/03/10	30/06/10	30/09/10	31/03/09	30/06/09	30/09/09	31/03/10	30/06/10	30/09/10
Patrimônio líquido publicado	7.063	135.808	135.574	139.778	138.458	284.945	7.063	135.808	135.574	139.778	138.458	284.945
Baixa do deságio na aquisição da Enerbrás	6.419	6.419	6.419	6.419	6.419	6.419	6.419	6.419	6.419	6.419	6.419	6.419
Baixa do ativo diferido	-	-	-	-	-	-	(6.358)	(5.979)	(5.600)	(4.920)	(4.541)	(4.162)
Patrimônio reapresentado	13.482	142.227	141.993	146.197	144.877	291.364	7.124	136.248	136.393	141.277	140.336	287.202

Resultado do trimestre findo em:

	Controladora - CPCs						Consolidado - IFRS					
	2009			2010			2009			2010		
Resultado publicado	31/03/09	30/06/09	30/09/09	31/03/10	30/06/10	30/09/10	31/03/09	30/06/09	30/09/09	31/03/10	30/06/10	30/09/10
Resultado publicado	(1.954)	(4.674)	(4.908)	833	(487)	(1.018)	(1.954)	(4.674)	(4.908)	833	(487)	(1.018)
Reversão de amortização	-	-	-	-	-	-	987	1.366	1.745	379	758	1.137
Resultado publicado	(1.954)	(4.674)	(4.908)	833	(487)	(1.018)	(967)	(3.308)	(3.163)	1.212	271	119

Resultado do período findo em:

	Controladora - CPCs						Consolidado - IFRS					
	2009			2010			2009			2010		
Resultado publicado	31/03/09	30/06/09	30/09/09	31/03/10	30/06/10	30/09/10	31/03/09	30/06/09	30/09/09	31/03/10	30/06/10	30/09/10
Resultado publicado	(1.954)	(2.720)	(234)	833	(1.320)	(531)	(1.954)	(2.720)	(234)	833	(1.320)	(531)
Reversão de amortização	-	-	-	-	-	-	987	379	379	379	379	379
Resultado reapresentado	(1.954)	(2.720)	(234)	833	(1.320)	(531)	(967)	(2.341)	145	1.212	(941)	(152)

Estas Informações Trimestrais foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da Companhia de acordo com os requerimentos da CVM para Informações Trimestrais (NPA 06 do IBRACON), incluindo os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido, portanto, sujeitas aos procedimentos de auditoria.

5. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Caixa	1	3	3	5	15	10
Bancos conta movimento	126	1.177	45	2.093	1.402	1.632
Aplicações financeiras	7.124	40.058	5.169	16.471	40.058	5.169
Total	7.251	41.238	5.217	18.569	41.475	6.811

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos de renda fixa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) do ABN e do Votantim, remunerados a taxa de 100,5% e 103,5%, respectivamente.

6. Contas a receber de clientes (Consolidado):

	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Clientes	3.919	3.903	3.862

Corresponde a valores a receber da venda de energia gerada pela controlada indireta Espra, referente às PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2. Os saldos em 31 de dezembro são compostos por valores a vencer, exclusivamente do contrato com a Eletrobrás, para os quais não são esperadas perdas na sua realização.

7. Créditos com fornecedores:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Adiantamentos a fornecedores	116.091	274	301	120.533	659	547
Adiantamentos para importação	-	-	-	526	-	-
Total	116.091	274	301	121.059	659	547

Em 04 de dezembro de 2009, foi celebrado com a BHA do Brasil Ltda. e com a General Electric International, Inc., "Memorandum of Understanding for the Sale of Power Generation Equipment and Related Services Including Transportation and Erection" (Memorando de Entendimentos para a Venda de Equipamento de Geração de Energia e Respectivos Serviços de Transporte e Comissionamento). Esse documento disciplinou os princípios e as regras gerais para o fornecimento de aerogeradores, de 1,5MW cada, e respectivos serviços de transporte e comissionamento. Esse fornecimento será objeto de contratos definitivos, a serem celebrados em 2011, entre a BHA do Brasil Ltda. e os 14 parques eólicos localizados no Estado da Bahia, conforme descrito na nota explicativa nº 1, quando então os valores antecipados se converterão em compromissos diretos de fornecimento com cada SPE. Em 26 de agosto de 2010 foi assinado o segundo memorandum referente ao fornecimento de 102 geradores referente ao LER 2010. Portanto, os valores antecipados não estão atrelados à medição ou até mesmo à condição de aceitação do serviço ou equipamento. Em 31 de dezembro de 2010, o total antecipado pela Controladora à BHA do Brasil Ltda., era de R\$120.533 referente a parte dos aerogeradores descritos acima, que iniciarão a partir de maio de 2011.

8. Ativo fiscal corrente:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
IRRF sobre aplicação financeira	1.064	435	325	1.064	435	325
Pis a compensar	-	9	-	20	25	39
Cofins a compensar	-	-	2	94	13	181
Contribuição social a compensar	-	1	1	41	3	2
IRRF a compensar	-	-	-	-	1	73
ISS a compensar	-	-	-	1	-	-
Saldo negativo IRPJ	54	-	-	54	-	-
Total	1.118	445	328	1.274	477	620

O saldo negativo IRPJ, no valor de R\$54, originário do IRRF sobre aplicação financeira dos exercícios de 2009, será utilizado na compensação de débitos próprios relativos aos tributos e contribuições administrados pela Receita Federal do Brasil.

9. Transações com partes relacionadas:

	Controladora						Consolidado					
	Ativo			Passivo			Resultado do Período Findo			Resultado do Período Findo		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Espra	-	-	7.347	1.577	3.994	-	-	(326)	-	-	-	-
Enerbrás	-	-	-	-	-	4.287	-	-	-	-	-	-
RR	164	37	-	-	-	-	-	6	-	-	6	-
Bahia Eólica	3	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Salvador Eólica	3	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Renova Eólica	3	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CE Botuquara	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CE Bela Vista	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CE Serra do Espinhaço	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CE Pelourinho	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CE Borgo	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CE Dourados	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CE Maron	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Renova	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Energia	3	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
CE Itaparica	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CE Espigão	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CE Caetitê	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CE Amestista	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CE Pilões	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CE São Salvador	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	212	40	7.347	1.577	3.994	4.287	(319)	6	-	-	-	-

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2010, assim como as transações que influenciaram o resultado anual, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com sua controladora, controladas ou outras partes relacionadas. **a. Contas a receber e a pagar:** Contas a receber - Corresponde a mútuo realizado com a controladora RR Participações S.A. no valor total de R\$ 164. Contas a pagar - Corresponde a valores a pagar à controlada indireta Espra. Esses mútuos foram realizados para suprir as necessidades de caixa. Para ambos (a receber e a pagar), o prazo de vencimento é 31 de dezembro de 2013 e o valor devido está sujeito a correção pela TJLP, acrescido de juros de 0,5% a.a., os quais não serão capitalizados. Os contratos de mútuos foram protocolados na ANEEL. **b. Remuneração dos administradores:** A remuneração do pessoal chave da Administração para os períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R\$2.468 e R\$2.321, respectivamente, valores compostos somente por benefícios de curto prazo.

Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria pagos pela Companhia

	Controladora		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
2010			
Número de membros	11	5	16
Remuneração fixa anual (em R\$)	136.000	1.619.214	1.755.214
Salário ou pró-labore	136.000	1.619.166	1.755.166
Benefícios diretos e indiretos	n/a	48	48
Remuneração por participação no comitê	n/a	n/a	n/a
Remuneração variável (em R\$)	n/a	713.110	713.110
Bônus	n/a	713.110	713.110
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a
Valor total da remuneração por órgão	136.000	2.332.324	2.468.324

Remuneração média do conselho de Administração e Diretoria

	Controladora	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
2010		
Número de membros	11	5
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	48.000	408.333
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	-	90.000
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	4.364	288.833

10. Cauções e depósitos vinculados

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante	59	55	55	59	55	-
Não circulante	444	197	-	12.019	13.077	10.845
Total	503	252	55	12.078	13.132	10.845

O montante consolidado de R\$12.078 está composto pelo saldo de R\$11.575 em 31 de dezembro de 2010 apresentado no Ativo não circulante referente à aplicação financeira em fundo de renda fixa denominada de "fundo de liquidez em conta reserva" junto ao Banco do Nordeste S.A., mantido até o vencimento cujo objetivo é garantir o financiamento obtido para a construção das PCH's da controlada Espra. Esta aplicação não poderá ser movimentada até o prazo final do financiamento, que ocorrerá em 2026. Esta aplicação é remunerada pelo CDI alcançando 97% da sua variação, cujos saldos ao final dos períodos já se encontram valorizados a mercado. O saldo remanescente refere-se a depósitos referentes a garantias de estudos de inventários, sendo esses depósitos realizados a favor da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

11. Ágio na incorporação:

	Controladora		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ágio	119.272	-	-
(-) Provisão Ágio	(119.272)	-	-

Em 15 de janeiro de 2010, a Companhia incorporou um de seus acionistas, a Hourtin Holdings S.A. ("Hourtin"), por consequência desta incorporação a Companhia reconheceu um ágio no montante de R\$119.272. Este ágio inicialmente reconhecido na Hourtin foi consequência de aquisição de participação no capital da Companhia. O fundamento econômico deste ágio foi suportado pela expectativa de rentabilidade futura da Companhia e suas controladas. Os ativos que foram transferidos à Companhia à época da operação suportaram o valor do ágio que teve como contrapartida, uma reserva de capital. Considerando-se posteriormente a incorporação reversa ocorrida no início de 2010 não se justifica do ponto de vista contábil a figura do ágio e consequentemente na incorporação o ágio foi provisionado integralmente na incorporada.

12. Investimentos: A Companhia registrou um ganho de equivalência patrimonial de suas coligadas no montante de R\$9.971 em 2010 e R\$3.053 em 2009.

	Participação	Total de		Patrimônio Líquido	Lucro ou (Prejuízo)	Equivalência Patrimonial
		Ativos	Passivos			
1º de janeiro de 2009						
Enerbrás Centrais Elétricas S.A.	100%	231.671	235.412	(3.741)	(14.831)	(14.831)
		231.671	235.412	(3.741)	(14.831)	(14.831)
31 de dezembro de 2009						
Enerbrás Centrais Elétricas S.A.	100%	225.820	145.044	80.776	3.053	3.053
Eólicas - SPE's	100%	1.537	1.537	-	-	-
		227.357	146.581	80.776	3.053	3.053
31 de dezembro de 2010						
Enerbrás Centrais Elétricas S.A.	100%	224.499	133.626	90.873	10.097	10.097
Eólicas - SPE's	100%	50.716	6.636	44.080	(126)	(126)
		275.215	140.262	134.953	9.971	9.971

Movimentação do investimento

	Saldos		Aumento de Capital	Equivalência Patrimonial	Saldos		Aumento de Capital	Equivalência Patrimonial	Saldos
	01/01/2009	31/12/2009			31/12/2009	31/12/2010			

Movimentação dos investimentos

Enerbrás Centrais Elétricas S.A.	(3.742)	81.465	3.053	80.776	-	10.097	90.873
Eólicas - SPE's	-	-	-	-	44.206	(126)	44.080
Total	(3.742)	81.465	3.053	80.776	44.206	9.971	134.953

O patrimônio líquido da Enerbrás em 31 de dezembro de 2010, é de R\$90.873. O lucro do período é de R\$10.097 e o capital social é de R\$86.636, composto por 5.170.101 ações, sendo 4.337.536 ações ordinárias, 832.562 ações preferenciais classe B e 3 ações preferenciais classe A. Além da Enerbrás, a Companhia possui participação em mais 37 empresas (vide nota explicativa nº1). Estas empresas estão em fase pré

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

fiança atualização no momento da contratação equivalia a um montante de R\$ 23.253, com taxa de juros de 2,5% a.a. mais atualização de 100% do CDI, exigíveis semestralmente no último dia dos meses de janeiro e julho, sendo a parcela final devida em 24 de maio de 2014. 2. Banco do Nordeste do Brasil S.A. - Contrato de financiamento mediante abertura de crédito, aprovado pelo decreto nº 6.367, de 30 de Janeiro de 2008, com interveniência da Enerbrás e dos seus controladores, em 30 de junho de 2006, no montante total de R\$ 120.096, com juros de 9,5% a.a., exigíveis trimestralmente no dia 30 de cada mês no período compreendido entre 30 de junho de 2006 a 30 de junho de 2008, a partir de então, mensalmente no dia 30 de cada mês. O contrato tem vencimento em 30 de junho de 2026. Como garantias a este financiamento foram concedidos: • Fiança bancária, correspondente a 50% do valor do saldo devedor do financiamento. Em março de 2010 o Banco do Nordeste do Brasil S.A. liberou a garantia de fiança tendo em vista a averbação da construção; • Hipoteca de primeiro grau dos imóveis com todas as instalações existentes na: (i) imóvel rural PCH - Cachoeira da Lixa, situado no município de Jucuruçu (BA); (ii) imóvel rural PCH Colino 1 - D, E, F, situado no município de Vereda (BA); e (iii) Fazenda Entorno PCH - Colino 2, situada no município de Vereda (BA); • Penhor de ações, celebrado nos termos dos artigos 1.419 e seguintes do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.405/2002) e art. 39 da Lei nº 6.404/76. A controlada Enerbrás, na qualidade de interveniente, oferece em penhor as ações ordinárias de emissão da Espra; • Penhor dos Direitos Emergentes das Resoluções Autorizativas, celebrado em conformidade com os artigos 1.431 e seguintes do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002) e conforme permitido o parágrafo 1º do artigo 19 do Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1996, a controlada Espra dá em penhor ao BNB: a. O direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à

Espra, nos termos das normas legais e regulamentares aplicáveis e das seguintes Resoluções Autorizativas: (i) PCH Cachoeira da Lixa: Resolução Autorizativa nº 697, de 24 de dezembro de 2003; (ii) PCH Colino 1: Resolução Autorizativa nº 703, de 24 de dezembro de 2003; e (iii) PCH Colino 2: Resolução Autorizativa nº 695, de 24 de dezembro de 2003, posteriormente alteradas pelas Resoluções nºs 427, 425 e 426, todas de 24 de dezembro de 2004, e pelas Disposições SCG/ANEEL nºs 591 e 588, de 20 de março 2006, e nº 529, de 15 de março 2006, respectivamente, incluindo, mas não se limitando a todas as indenizações pela revogação ou extinção da autorização; e b. Todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis e das seguintes Resoluções Autorizativas: (i) PCH Cachoeira da Lixa: Resolução Autorizativa nº 697, de 24 de dezembro de 2003; (ii) PCH Colino 1: Resolução Autorizativa nº 703, de 24 de dezembro de 2003; (iii) PCH Colino 2: Resolução Autorizativa nº 695, de 24 de dezembro de 2003, com suas alterações mencionadas no item 'a', e dos Contratos de Compra e Venda de Energia: CT-PROINFA/PCH-MRE nº 032/2004 (PCH Cachoeira da Lixa); CT-PROINFA/PCH-MRE nº 033/2004 (PCH Colino 1) e CT-PROINFA/PCH-MRE nº 034/2004 (PCH Colino 2), celebrados entre a Espra e a ELETROBRÁS - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. • Cessão e Vinculação de Receita dos contratos firmados com a ELETROBRÁS - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.; • Fundo de liquidez em conta reserva (Nota 10); e • Seguro garantia para conclusão de obra, o qual em virtude da conclusão das obras já se encontra cancelado. **15.2. Vencimentos das parcelas não circulante (principal e encargos):** As parcelas classificadas no Passivo Não Circulante (Consolidado) têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento:	31/12/2010
2012	7.732
2013	10.237
2014	10.996
2015	5.896
Após 2015	90.738
Total	125.599

16. Passivo fiscal corrente:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CSLL a pagar	-	-	-	59	35	101
FGTS a recolher	40	25	18	40	25	18
ICMS a recolher	1	-	1	1	1	1
INSS a recolher	140	105	-	140	106	-
INSS retido de terceiros	1	4	106	9	14	159
IOF a recolher	2	11	-	10	16	35
IRPJ a pagar	-	-	-	191	140	261
IRRF a recolher	108	17	64	157	20	88
IRRF sobre folha	186	153	185	186	153	185
ISS a recolher	3	8	1	34	63	23
PIS, COFINS e CSLL	306	43	38	436	47	40
Total	787	366	413	1.263	620	911

17. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2009, o capital social da Companhia é de R\$ 46.536 perfazendo o total de 1.086 mil ações. Em 07 de maio de 2010, a Companhia aumentou seu capital social mediante a capitalização do saldo da reserva de capital, em R\$ 119.272, passando a ser R\$ 165.808, dividido em 108.622 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais 83.191 são ações ordinárias e 25.431 são ações preferenciais. Em 13 de julho de 2010, a Renova Energia S.A. fez sua oferta pública inicial de 10.000.000 (dez milhões) de certificados de depósitos de ações (units), ao preço de R\$ 15,00 por unit, perfazendo o total de R\$ 150.000. As units da Renova Energia são compostas por duas ações preferenciais e uma ação ordinária e estão listadas no Nível 2 da BM&FBOVESPA. Essa oferta foi liquidada no dia 15 de julho de 2010. Em 12 de agosto de 2010, ocorreu a liquidação do lote extra complementar da oferta pública inicial de 713.800 (setecentos e treze mil e oitocentos) certificados de depósitos de ações (units), ao preço de R\$15,00 por unit, perfazendo o total de R\$10.707. Desde 13 de julho de 2010, a Companhia iniciou os pagamentos do respectivo processo de distribuição das units na oferta pública inicial. Do valor bruto de R\$ 160.707, foi retida a título de remuneração das empresas responsáveis pela oferta e distribuição e demais custos de distribuição o valor total de R\$ 13.689, sendo o valor líquido recebido de R\$ 147.018. Em 31 de dezembro de 2010 a composição social da Companhia está demonstrada conforme o quadro abaixo:

Composição acionária	Ações ON		Ações PN		% do Capital social total	Valor capital social - R\$
	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade		
RR Participações	70.889.212	3.444.032	-	-	52,81%	172.423.330
Membros do conselho de administração	33.936	66.664	-	-	0,07%	233.352
InfraBrasil	11.651.467	23.302.933	-	-	25%	81.080.197
Equity Santander	3.904.800	7.809.600	-	-	8%	27.172.712
FIP Ambiental	4.666.666	9.333.332	-	-	10%	32.474.384
Outros	1.886.986	3.773.972	-	-	4%	13.131.153
Total	93.033.067	47.730.533	-	-	100%	326.515.128

18. Receita operacional líquida (Consolidado):

	MWh		R\$	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Suprimento de energia elétrica	224.434	224.434	36.830	35.032
(-) Deduções da receita	-	-	(1.344)	(1.279)
COFINS	-	-	(1.105)	(1.051)
PIS	-	-	(239)	(228)
Total	224.434	224.434	35.486	33.753

19. Gastos operacionais:

	Controladora			
	31/12/2010		31/12/2009	
	Despesas operacionais			
Gerenciáveis	Gerais e administrativas		Total	
	Total	Total	Total	Total
Pessoal, administradores	3.948	3.948	3.948	2.527
Serviços de terceiros	3.503	3.503	3.503	1.634
Aluguéis e arrendamentos	716	716	716	977
Viagens	938	938	938	533
Depreciação	196	196	196	127
Provisão para contingência	-	-	-	59
Projetos descontinuados	3.219	3.219	3.219	575
Outras	1.058	1.058	1.058	-
Total	13.578	13.578	13.578	6.432

	Consolidado			
	31/12/2010		31/12/2009	
	Gerais e administrativas			
De operação	administrativas	Total	Total	
Não Gerenciáveis				
Tusd - Tarifa de uso do sistema de distribuição	1.143	-	1.143	1.605
Taxa de Fiscalização	76	-	76	99
Total	1.219	-	1.219	1.704
Pessoal, Administradores	-	3.948	3.948	2.527
Serviços de Terceiros	2.786	3.756	6.542	4.018
Aluguéis e Arrendamentos	1	1.248	1.249	1.529
Viagens	-	970	970	533
Depreciação	5.667	204	5.871	5.043
Provisão para Contingência	-	-	-	59
Outras	830	1.535	2.365	1.604
Projetos descontinuados	-	3.219	3.219	575
Total	9.284	14.880	24.164	15.313
Total	10.503	14.880	25.383	17.017

20. Resultado financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	3.979	1.828	5.268	3.016
Juros de debêntures	-	-	-	825
Juros recebidos - Mútuo	7	177	269	291
Juros recebidos	6	-	6	182
Descontos obtidos	9	42	12	43
Varição monetária	72	2	74	22
(-) Tributos e contribuições	-	-	-	(22)
Total	4.073	2.049	5.629	4.357
Despesas financeiras				
Juros	(25)	(12)	(40)	(223)
Juros - Mútuo	(327)	(144)	(262)	(291)
Encargos da dívida	-	-	(11.699)	(12.229)
Juros de debêntures	-	-	-	(4.071)
Comissão fiança	-	-	-	(2.074)
IOF	(137)	(31)	(246)	(143)
Despesas bancárias	(9)	(11)	(13)	(16)
Multas	-	-	-	(30)
Outras despesas financeiras	-	-	(262)	-
Atualização monetária	-	(9)	-	(25)
Varição cambial	-	(1)	-	(1)
Total	(498)	(208)	(12.522)	(19.103)
Total	3.575	1.841	(6.893)	(14.746)

21. Imposto de renda e contribuição social:

	Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição social	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Base de cálculo presumido IRPJ e CSLL	36.830	35.032	36.830	35.032
Alíquota lucro presumido	8%	8%	12%	12%
IRPJ e CSLL	(2.946)	(2.803)	(4.420)	(4.204)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Outras receitas	(1.770)	(1.256)	(1.770)	(1.256)
Base de cálculo IRPJ e CSLL	(4.716)	(4.059)	(6.190)	(5.460)
Alíquota efetiva	25%	25%	9%	9%
Cálculo IRPJ e CSLL	(1.179)	(1.015)	(557)	(491)
Desconto excedente R\$ 0,240 ano	24	24	-	-
Despesa de IRPJ e CSLL	(1.155)	(991)	(557)	(491)

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A Companhia possui regime de tributação pelo lucro real e apurou prejuízo fiscal acumulado total de R\$ 25.119. O imposto apresentado na posição consolidada refere-se à controlada Espra que foi apurado com base no lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido são recolhidos trimestralmente sobre a receita bruta, considerando o percentual de presunção, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente. (Base de estimativa de 8% e 12% sobre as vendas, imposto de renda e contribuição social respectivamente, adicionado a este valor de apuração as outras receitas financeiras). Os cálculos de imposto de renda e contribuição social referem-se a controlada Espra e foram elaborados no regime de tributação do lucro presumido.

22. Instrumentos financeiros: Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/2009 de 19 de novembro de 2009, a Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, quando aplicável. **Considerações gerais:** A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A Administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações junto com as contrapartes sejam feitas. **a. Valor de mercado dos instrumentos financeiros - Valor justo:** Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. Para apuração do valor justo projetamos os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais e utilizamos como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalente de caixa, clientes, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados e fornecedores. Para empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, os saldos contábeis diferem do valor justo.

	Controladora			
	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	7.251	41.238	7.251	41.238
Crédito com fornecedores	115.655	-	115.655	-
Cauções e depósitos vinculados	59	55	59	55
Não circulante				
Partes relacionadas	212	40	212	40
Cauções e depósitos vinculados	444	197	444	197

	Consolidado			
	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	5.989	1.408	5.989	1.408
Não circulante				
Partes relacionadas	1.577	3.994	1.577	3.994
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional junto ao Banco Santander S.A. são classificados como passivos financeiros e estão contabilizados pelo custo amortizado, correspondem a empréstimos com finalidades específicas para financiamento de investimentos em geração de energia elétrica, indexados a 100% do CDI e taxas pré-fixadas. Empréstimos e financiamentos em moeda nacional junto ao BNB são classificados como passivos financeiros e estão contabilizados pelo custo amortizado, e correspondem a empréstimos com finalidades específicas para financiamento de investimentos em geração de energia elétrica, indexados a taxas pré-fixadas.				

	Consolidado			
	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	18.569	41.475	18.569	41.475
Contas a receber de clientes	3.918	3.903	3.918	3.903
Crédito com fornecedores	120.097	-	120.097	-
Cauções e depósitos vinculados	59	55	59	55
Não circulante				
Partes relacionadas	164	40	164	40
Cauções e depósitos vinculados	12.019	13.077	12.019	13.077
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	8.100	1.968	8.100	1.968
Empréstimos e financiamentos	7.796	12.167	7.190	11.852
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	128.586	132.575	125.599	131.935
Detalhamento por empréstimo				
Moeda nacional				
IFC - Banco Santander (Brasil) S.A.	19.534	23.609	15.941	22.654
FNE - Banco do Nordeste do Brasil S.A.	116.848	121.133	116.848	121.133
Total	136.382	144.742	132.789	143.787

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Ao Conselho de Administração e Acionistas da **Renova Energia S.A.** São Paulo - SP. Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Renova Energia S.A.** ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras: A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos

valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Renova Energia S.A.** em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas: Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **Renova Energia S.A.** em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS)

emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase:** Conforme descrito na nota explicativa 2.1.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da **Renova Energia S.A.** essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo; e pela opção pela manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que para fins de IFRS deveria ser registrado totalmente nos resultados. **Outros: Demonstrações do valor adicionado:** Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2011



KPMG Auditores Independentes
 CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
 Contador CRC 1SP141128/O-2